

As falácias

Falácias são argumentos defeituosos ou fracos, raciocínios enganosos, também chamados de “sofismas”. São formas que cometem erros formais — quando desobedecem algo em relação à lógica — ou informais — quando têm problemas com o tipo de suporte que as premissas dão às conclusões. Há também argumentos incompletos. [☞ entimemas] No capítulo 5 vamos ver uma série de tipos de argumentos falaciosos.

O formato padrão

Expressões lingüísticas têm muitos formatos diferentes. Dependendo da criatividade do autor, uma frase pode ser mais ou menos rebuscada, principalmente quando se procura provocar um efeito estético ou poético que demonstre beleza, sofisticação ou erudição. Mas em argumentação, algumas dessas construções podem ser inconvenientes, pois podem nos proporcionar dificuldades em analisar a real estrutura lógica do argumento. É por essa razão que, freqüentemente, temos que *reconstruir* o argumento de forma a deixá-lo mais explícito, apresentando suas premissas com maior clareza e sua conclusão bem destacada. Ajuda-nos muito nesta tarefa o chamado *formato padrão* (standard form).

entimemas

Entimemas são silogismos completos em nossa mente, mas incompletos na sua expressão. São argumentos em que falta uma ou mais premissas. Veja este exemplo:

Se estiver chovendo, eu levarei meu guarda-chuva

Portanto, levarei meu guarda-chuva

Neste argumento, falta a premissa “Está chovendo.”. No dia-a-dia, usamos muitas formas como essa, pois as premissas faltantes são óbvias ou implícitas e repeti-las pode cansar os ouvintes. Contudo, é comum haver confusão justamente por causa de premissas faltantes. As entimemas ocorrem também quando as conclusões estão omissas:

“Esse sujeito é um ladrão, ou então eu comerei meu chapéu”

Ninguém em sã consciência se disporia a comer o próprio chapéu. Portanto, a conclusão “Esse sujeito é um ladrão” está implícita.

**FORMATO
PADRÃO**

Já que [premissa],
e [premissa],
e [premissa],

Portanto, [conclusão]

Quando colocamos um argumento complexo em seu formato padrão, obtemos nitidez que poderá nos auxiliar na investigação de sua validade e

aceitabilidade. A seguir temos um exemplo que, como você perceberá, é fictício:

“Acabei de receber a informação de que, infelizmente, não é possível aceitar a cédula de votação do Sr. Etevaldo. Como pode ser claramente constatado, o Sr. Etevaldo é um alienígena, tendo chegado em sua nave espacial recentemente. Além do mais, pelo que me foi dito, o Sr. Etevaldo entrou neste país de forma ilegal, e, de acordo com nossas leis, isto impede que seu voto seja válido. Assim, eu gostaria que você informasse a ele que não podemos acolher o seu voto e que ele deve guardar já a sua arma de raios de plasma”

Nosso primeiro passo será localizar a conclusão. Neste caso, ela foi citada logo no começo: “...não é possível aceitar a cédula de votação do Sr. Etevaldo”. Esta já é uma diferença importante em relação ao formato padrão, pois a conclusão veio antes de qualquer outra coisa. Agora vamos localizar as premissas. Esta é uma delas: “...o Sr. Etevaldo é um alienígena”. Outra premissa: “...entrou neste país de forma ilegal”, e finalmente “...de acordo com nossas leis, isto impede que seu voto seja válido”. Com o uso de algumas simplificações, já podemos montar o argumento em seu formato padrão:

Premissa: Alienígenas ilegais não podem votar

Premissa: O Sr. Etevaldo é um alienígena ilegal

Conclusão: O Sr. Etevaldo não pode votar

Note que montamos o formato padrão usando um *modelo dedutivo válido*, ou seja, se aceitarmos temporariamente as premissas, somos *obrigados* a também aceitar a conclusão. Esta é a forma mais forte de reconstruir o argumento original.

Criticando o argumento

O Formato Padrão é útil para nos auxiliar no entendimento do que foi proposto. Contudo, ele também serve para nos guiar durante a defesa (contra-argumento). Por isso, proponho que nos coloquemos na pele do Sr. Etevaldo por alguns instantes. De que forma poderíamos combater o argumento acima? É claro que de nada adianta criticar a conclusão. Temos que nos concentrar em atacar as premissas. Nisto o formato padrão nos ajuda muito, já que, ao separar premissas e conclusões, evitamos criticar estas últimas.

Uma forma de criticar a primeira premissa seria tentar buscar a lei ou o decreto que determina que alienígenas ilegais não podem votar. Se essa lei não existir ou se tiver sido revogada, então o argumento inteiro é inválido.

Para criticar a segunda premissa, pode-se apresentar evidências que atestem que o Sr. Etevaldo não é um alienígena, mas apenas um cantor de rock punk com um cabelo muito estranho. Ou então, que o Sr. Etevaldo é mesmo um alienígena, mas é devidamente registrado e legalizado, tendo passado por todas as condições para ser aceito dentro do país.

Fica clara a grande vantagem da reconstrução em formato padrão: todo o argumento ganha clareza e permite que nos concentremos em avaliar cada um dos suportes dados à conclusão. Basta encontrar um problema com uma das premissas para que todo o argumento fique comprometido. Na pior das hipóteses, a crítica a uma das premissas irá forçar o outro argumentador a buscar uma nova forma de justificar essa premissa, e assim o debate prossegue de forma racional.

Táticas para montagem do formato padrão

Na montagem do formato padrão, somos auxiliados por padrões que freqüentemente indicam onde se localizam os componentes importantes. Usando essas informações, é possível estabelecer alguns passos para criar boas versões padrões de argumentos.

Localizar a conclusão

A conclusão (alegação, julgamento, asserção) é o primeiro aspecto que devemos determinar. Ela em geral está expressa no texto após algumas palavras-chave típicas:

- ... portanto, [C]
- ... então, [C]
- ... assim, [C]
- ... desta forma, temos [C]
- ... segue que [C]
- ... de onde se conclui que [C]

Omitir informações desnecessárias

É útil omitir, no formato padrão, toda sorte de informação acessória e desnecessária para as premissas e conclusões. Deve-se retirar fatos sem importância, piadas, curiosidades, introduções, elogios, cumprimentos, ataques à pessoa, tiradas irônicas, auto-elogio, informação repetida, etc. Perdem-se a beleza poética e retórica, mas ganha-se em clareza.

Localizar as premissas

Todas as premissas que oferecem suporte à conclusão devem ser localizadas e explicitadas no formato padrão. Basta seguir os indicadores típicos:

- ... [P] mostra que [C]
- ... [P] nos leva a crer que [C]
- ... [P] sugere que [C]
- ... [C] foi provada por [P]
- ... [C] decorre de [P]
- ... desde que [P]
- ... porque [P]
- ... dado que [P]

Torne as frases autônomas

É freqüente, em uma construção lingüística, usarmos pronomes e outros artifícios para evitar mencionar novamente o sujeito ou objeto do comentário. Durante a reconstrução, deve-se substituir os pronomes, para tornar as frases explícitas e auto-suficientes:

“... ele foi muito agressivo...”

Quem foi?

“... José foi muito agressivo...”

“Isto foi ineficaz para conter ...”

O que foi ineficaz?

“A redução de impostos foi ineficaz para conter ...”

Um exemplo de argumento composto

Vimos que as premissas de um argumento podem ser fatos (evidências) ou então podem ser conclusões de argumentos anteriores. Neste exemplo vamos transformar um argumento de sua forma original para a forma padrão e a seguir vamos usar o diagrama do triângulo que apresentamos anteriormente para mostrar como fica o suporte de um argumento por outro. Isto irá exemplificar como podemos fazer desenhos construídos de forma encadeada. Eis o argumento inicial:

“A venda controlada de armas, na qual o governo exige que seus proprietários a registrem, não irá prevenir que criminosos tenham acesso a essas armas, o que torna esse controle ineficaz na prevenção de crimes cometidos com armas de fogo”

A transformação em formato padrão é relativamente simples, envolvendo a criação de premissas que satisfaçam a intenção original do argumentador (veja também o Princípio da Caridade, mais adiante):

- P1** Toda arma deve ser registrada por seu usuário
 - P2** Falta de registro dificulta a prevenção de crimes
 - P3** Criminosos têm acesso a armas sem registro
-
- C1** Registro de armas é ineficaz na prevenção de crimes

De todas as premissas usadas, a mais questionável parece ser a premissa P3, pois fala que criminosos podem ter acesso a armas sem registro. [questionar] Todo o argumento

acima poderia ser questionado simplesmente ao levantarmos dúvidas sobre a aceitabilidade dessa premissa. Para que o debate prossiga, será necessário providenciar alguma forma de suporte para essa premissa e neste caso vamos fazer isso através de um outro argumento:

questionar

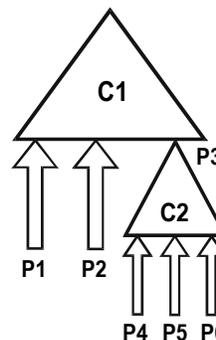
Durante um debate, aquele que ouve a exposição do argumento poderia questionar qualquer uma das premissas. Mas é claro que o bom senso tem que imperar, e só devemos questionar aquelas que realmente não parecem ser aceitáveis.

“Um mercado negro de armamentos opera livremente no país e o governo é impotente para controlá-lo. Portanto, criminosos terão acesso a armas sem registro.”

A transformação deste argumento em uma forma padrão também é simples.

- P4** Há um mercado negro de armamentos operando no país
 - P5** O governo não tem condições de controlá-lo
 - P6** Criminosos têm acesso a esse mercado negro
-
- C2** Criminosos têm fácil acesso a armas de fogo sem registro

Todas essas premissas podem, em tese, ser suportadas através de dados estatísticos ou históricos, ou seja, através de evidências — que devem ser apresentadas, no caso de haver questionamentos. A conclusão C2 é a nossa premissa P3 e assim, conseguimos dar suporte ao nosso caso. O desenho ao lado mostra como seria a construção dessa seqüência usando o modelo que introduzimos anteriormente.



O princípio da caridade

Toda vez que transformamos um argumento em sua forma padrão, somos obrigados a executar algumas alterações importantes. O Princípio da Caridade prega que devemos fazer essa reconstrução *da forma mais forte*, ou seja, entendendo e explicitando as premissas com as quais o oponente pareceu se preocupar, *inclusive com as premissas implícitas*. Isto parece estar claro na reconstrução que fizemos acima, no exemplo envolvendo armas não registradas.

Para fazer isso, a reconstrução deve de alguma forma mostrar as interpretações mais fortes das premissas que foram fornecidas, fazendo a “caridade” de declará-las da maneira mais justa, principalmente se é óbvio que elas fazem parte da intenção original do outro argumentador. Esta medida irá realçar para ele que você tem a disposição de prosseguir com a discussão de uma maneira justa, imparcial e produtiva. Veja como isto poderia funcionar em um exemplo prático:

“Arte é criativa. Aquela pilha de tijolos ali é criativa, portanto é arte!”

Arte é sempre uma questão difícil de discutir. Há duas formas de interpretar a premissa “Arte é criativa”.

- a) “Arte é criativa” significando “Todas as atividades artísticas envolvem criatividade”
Nesta interpretação, procurou-se afirmar que toda expressão criativa é naturalmente artística, e isso daria certo suporte para a conclusão oferecida. Mas essa não é a única interpretação que a premissa admite.
- b) “Arte é criativa” significando “Qualquer coisa que é criativa, é necessariamente uma forma de arte”
Esta interpretação da premissa poderia ser mais facilmente questionada, já que, por exemplo, é possível dizer que “administração de empresas é frequentemente criativa e não parece ser uma forma de arte”.

Assim, se nada tivéssemos contra a idéia de considerar administração de empresas como uma forma de arte, a opção a) seria mais “caridosa” em termos de interpretação.

A reconstrução do argumento oponente pode também se ocupar de limpá-lo, ou seja, eliminar premissas irrelevantes e alterar o linguajar de

forma a tornar a frase mais clara e compreensível. Se o outro argumentador concordar com nossa reconstrução, teremos sido caridosos em nossa interpretação, além de ter melhorado a forma e conservado a essência. Outra implicação do Princípio da Caridade é relativa ao que fazer com as premissas que tenham caráter dúbio, com mais de uma interpretação. O princípio sugere que se deve escolher a interpretação que providencie o mais forte suporte à conclusão proposta.

Porém, o Princípio da Caridade não deve ser levado a extremos: caso faltem premissas para tornar o argumento do oponente mais sólido, *não* é nossa obrigação fornecê-las durante a reconstrução. Não devemos adicionar nada ao argumento original que não esteja *claramente implícito* no que foi dito. Caso contrário, estaríamos construindo o *nosso* argumento, e não reconstruindo o do oponente.

O encargo da prova

Vimos que quem propõe um argumento está *alegando* alguma coisa. Suas premissas são, idealmente, suporte à alegação que está sendo proposta. O Encargo da Prova é o princípio que afirma que *aquele que está propondo a alegação é também o responsável em providenciar seu suporte*. Parece óbvio, não? Mas existem enganos frequentes derivados da má interpretação desse princípio.

Um desses enganos ocorre quando quem propõe uma alegação exige, de quem a ouve, a prova de que ele está errado.

“Minha teoria afirma que a Terra é, na verdade, oca e que há uma outra civilização morando embaixo da crosta”

“Puxa! Isso é bastante difícil de acreditar. Que evidências você dispõe para mostrar que isso é verdadeiro? Não consigo acreditar nisso que você diz”

“Ora, por que você duvida do que eu disse? Qual a prova que você tem de que não pode haver uma civilização embaixo da crosta terrestre?”

Quem ouve a alegação não tem que provar — nem refutar — nada: esta é a posição na qual se é todo ouvido, ou seja, quem está fazendo a alegação é que deve providenciar todos os suportes necessários. Cabe aos ouvintes apenas concordar ou questionar, dizendo, por exemplo, “Como foi que você concluiu isso?” ou então “Não concordo com essa premissa, justifique-a”. Neste último caso, o argumentador deve providenciar um novo argumento